

Afeto e moralidade em um grupo de mulheres encarceradas

Avance de investigación en curso

GT 26- Sociología del corpo yde las emociones

Kátia Moreira Lopes
UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo

Resumo:

Pretende-se, neste trabalho, fazer uma leitura dos sentimentos que marcam o encarceramento feminino, considerando que o afeto e as emoções estão inseridos em contextos sociais específicos, em que operam reivindicação de direitos e afirmação de identidades e diferenças, ao mesmo tempo em que se vivenciam processos de humilhação, violência e sofrimento. Ademais, como a mulher é tradicionalmente associada às questões que se desenvolvem no âmbito doméstico e às responsabilidades em relação aos cuidados familiares, pretende-se discutir a ideia do afeto associada à especificidade do encarceramento feminino, buscando apreender os elementos constitutivos das relações sociais nos processos de elaboração das subjetividades e como as emoções podem ter significados sociais específicos para um grupo de mulheres que vivenciaram a experiência de encarceramento.

Palavras-chave: Mulher, encarceramento, emoções.

Considerações iniciais

Historicamente a mulher tem sido considerada responsável pela família e pelas tarefas que se desenvolvem em âmbito doméstico, como o cuidado com os filhos, de pessoas idosas e enfermas, as lides domésticas, entre outros. Além disso, tradicionalmente, a mulher não é associada ao crime e, por isso, quando é presa, contraria duplamente a ordem. Considerando as especificidades de gênero, este trabalho pretende verificar a dimensão do afeto e da moralidade que cercam o aprisionamento feminino, posto que, conforme a literatura e os dados institucionais, as mulheres recebem menos visitas familiares durante o período de aprisionamento e, de maneira geral, mesmo que geralmente ainda se mantenham como responsáveis pelos elos extramuros, sobretudo quando ela é mãe, enfrentam questões diversas daquelas enfrentadas pelos homens nas mesmas situações, sobretudo no que se refere à dimensão das relações familiares e afetivas. Ademais, como a mulher é tradicionalmente associada às questões que se desenvolvem no âmbito doméstico e às responsabilidades em relação aos cuidados familiares, pretende-se discutir a ideia do afeto associada à especificidade do encarceramento feminino.

Na consecução deste trabalho, ainda em fase de investigação, realizamos entrevistas orais com quatro mulheres egressas do sistema prisional do Estado de São Paulo, buscando apreender como as mesmas expressam os seus sentimentos em relação à maternidade e à dinâmica familiar, a fim de compreender como são construídos os seus discursos referentes à sua inserção no grupo familiar e quais as gramáticas emocionais vinculadas à trama de relações em que estiveram/estão envolvidas, as quais criam significados referentes à sua concepção de família, ao mesmo tempo em que organizam dinâmicas capazes de elaborar o cotidiano dos filhos fora da prisão enquanto elas cumpriam suas penas. O olhar sobre o tempo é bastante peculiar nestes relatos, posto que a construção narrativa se estabelece

sobre um tempo passado, ao mesmo tempo em que algumas consequências oriundas daquele processo ainda estejam presentes na vida, na memória e nos sentimentos das mulheres.

Família, maternidade e responsabilidades parentais

No clássico livro “História Social da Criança e da Família”, Philippe Ariès escreve sobre o processo a partir do qual a criança teria passado a ocupar lugar central na família na época moderna. Para o autor, a noção de família moderna estaria intrinsecamente relacionada aos valores associados à infância que teriam emergido a partir do século XVI. Para o historiador, a família e o sentimento em torno dela, nesta perspectiva, não era inexistente na Idade Média, mas “subsistia no silêncio, não despertava um sentimento suficientemente forte para inspirar poetas ou artistas”, ademais, subsequentemente, a partir do século XVI há um reforço da ideia de família, em que esta “não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção.” (Ariès, 1978, p. 223). Por fim, o autor assinala que esse sentimento se firma em torno da família formada por pai, mãe e filhos: a família conjugal.

Para Ariès (1978) a divisão dos cômodos da casa, entre os séculos XVI e XVII, com a progressiva separação entre o ambiente destinado à vida privada e os espaços destinados às atividades relacionadas às questões públicas seriam marcadores da valorização crescente da intimidade no âmbito doméstico. A especialização dos cômodos da casa, assim, responderia à necessidade de isolamento, em que se passa a separar a vida mundana e profissional da vida privada, destinando-se um local específico para o desenvolvimento de cada uma das esferas da vida.

Embora a primeira imagem da família moderna tenha sido a de homens importantes e ricos, pelo que é observado na iconografia do século XVII, o sentimento sobre a família conjugal se ampliou significativamente. Conforme assinala o historiador francês, tal modelo passa a ocupar o imaginário de diferentes camadas sociais, impondo-se às consciências de forma “tirânica” (como escreve o próprio autor) a partir do século XVIII. Cabe destacar aqui que a leitura feita por Ariès sobre a história da família e da criança neste período está marcada pelo contexto europeu e, mais especificamente, sobre a sociedade francesa. No caso brasileiro, Soihet (2009) escreve que, durante a Belle Époque, entre 1890 e 1920, mesmo que o casamento se apresentasse como a única via legítima de união entre uma mulher e um homem nas classes dominantes, o número real em relação ao total da população era significativamente pequeno. A autora assinala que “no seio dos populares o casamento formal não preponderava” (Soihet, 2009, p. 368).

Assim, embora se verifique que o modelo de família nuclear não tenha a mesma ressonância em todos os grupos sociais e esteja localizado principalmente naquele contexto bem descrito por Ariès, o da modernidade europeia, mesmo assim, a assimilação deste modelo se desdobra para outros grupos, posto que exista um processo de internalização de um padrão considerado ideal, podendo se diferenciar do que realmente é vivido cotidianamente pelos sujeitos, que podem experimentar um sentimento de inadequação, uma vez que os seus laços familiares não correspondem àqueles considerados como desejáveis.

Sarti (2003a) identificou que, entre os pobres na periferia urbana de São Paulo, a família é identificada àqueles com quem se pode contar, ou em quem se pode confiar; sendo comum que sujeitos que não pertençam ao mesmo grupo doméstico sejam inscritos, na ordem simbólica, como participantes da família. Neste contexto, o que vale são os laços de sociabilidade em que predominam as trocas que mantêm as alianças entre os sujeitos. Assim, não é necessário que os indivíduos coabitem o mesmo espaço para serem considerados da família. As crianças, neste contexto, podem ser, de certo modo, compartilhadas entre os sujeitos que participam destas relações. Dada a instabilidade do grupo doméstico, os filhos, ou alguns dos filhos podem viver com parentes próximos, em grande parte temporariamente, o que implica em laços de afetividade e reciprocidade; e mesmo em situações de

relativa estabilidade, outras mulheres, que não a mãe, podem ser chamadas a participar dos cuidados com as crianças, quando os pais trabalham. Para a antropóloga, na família pobre, há o envolvimento da rede familiar mais ampla de modo a viabilizar as tarefas cotidianas.

Sobre a circulação de crianças nas camadas populares brasileiras, aspecto bastante explorado na literatura da área de Antropologia (Fonseca, 2006), cabe ainda mencionar que tal circulação constitui um padrão legítimo de relação com os filhos, o que pode ser visto como “um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criá-los, levando as mães a não se desligarem deles, mas a manterem o vínculo por meio de uma circulação temporária” (Sarti, 2003b, p. 32).

Este modelo de organização das relações, que norteia a concepção de família entre os pobres, de acordo com a autora, permite a organização da vida cotidiana. Diante das dificuldades de organização social e mediante as alterações nas relações familiares, é comum que o grupo de parentes e vizinhos possa participar dos vínculos familiares. A família mais ampla, portanto, nos segmentos populares, participa com maior frequência da vida familiar, existindo um padrão diferente daquele associado aos padrões modernos de conjugalidade, em que a família conjugal, composta por pai, mãe e filhos que coabitam uma residência – um núcleo separado - e ali desenvolvem as tarefas atribuídas à família. Sarti (2003a) assinala que, entre os pobres, os valores e necessidades do grupo têm precedência sobre os padrões ditados pela construção de uma individualidade moderna. Neste ponto, a autora traz a leitura da obra de Giddens (1993) para assinalar que a construção de laços mais igualitários, apoiados em valores que prezam a autonomia e a individualidade dos sujeitos, acaba ficando em segundo plano ou sendo frustradas quando chegam a ser projetadas, pois a necessidade de viabilização das tarefas do cotidiano reforça os laços de dependência e, assim, mesmo os papéis de gênero, embora com diferentes matizes, podem, em certo aspecto, manter as estruturas tradicionais. A família, assim, constitui não um núcleo, mas uma rede cujos contornos se estendem para além do grupo doméstico.

Escrevendo sobre a maternidade, Scavone (2004) destaca que em muitos contextos ainda resiste um modelo duplo, em que as mulheres continuam como as principais responsáveis pelos cuidados cotidianos, necessários à reprodução da vida familiar, sobretudo em relação aos filhos. As responsabilidades parentais, portanto, de acordo com a autora, incidem de maneira diferente entre homens e mulheres e, embora exista um processo que tem ampliado as possibilidades de relacionamento na contemporaneidade, com possibilidades de maior “igualdade na doação e recebimento emocionais”, o que Giddens (1993, p. 73) chamou de amor confluyente, ainda assim, há diversas formas de divisão do “trabalho emocional” de acordo com o sexo do sujeito (Coelho, 2012) e, como destaca Scavone (2004), há uma ética dupla em relação aos cuidados diários e os valores associados à maternidade, recaindo sobre as mulheres, em muitos contextos, a maior parteda responsabilidades em relação aos cuidados com os filhos.

Scavone (2004) reforça, ainda, que as mulheres não vivenciam a maternidade do mesmo modo. Por um lado, a maternidade, no período moderno, foi associada à responsabilização integral da mãe como figura que deve arcar com todos os cuidados da prole, como a educação, alimentação, higiene e todas as tarefas que envolvam os filhos, mas, por outro lado, as condições reais de existência da maioria das mulheres não permite que este ideal seja realmente vivido. O controle do lar pela mulher e a “invenção da maternidade”, de acordo com Giddens (1993), pode ser associado à transição entre um modelo de autoridade patriarcal para o afeto maternal, uma vez que aquele, nesta leitura, teria perdido poder na esfera privada. A separação entre as atividades públicas e as atividades domésticas teria contribuído comtal processo à medida que propiciou um aumento e valorização da intimidade. Se, por um lado, o amor romântico teria agido de maneira a libertar o casal dos laços de parentesco, o modelo conjugal e o ideal de maternidade que lhe é extensivo teriam circunscrito a imagem da mulher à figura de esposa e mãe, o que contribuiu para o reforço da divisão de atividades e sentimentos, estes marcados de acordo com a divisão entre “dois sexos”.

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa e mãe” reforçou o modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos. [...] O elemento distintamente novo, aqui, era a associação da maternidade com a feminilidade, como sendo qualidades da personalidade... (GIDDENS, 1993, p. 53-54).

Em um contexto em que a maternidade passa a ser o eixo central da vida das mulheres, como aquele influenciado pelos valores da burguesia europeia bem descrito por Ariés (1978), muitas outras mulheres, aquelas que trabalham fora de casa, no entanto, vivem a maternidade com muitas dificuldades, dadas as adversidades cotidianas em relação à conciliação entre as tarefas desenvolvidas nos dois espaços: o público e o privado. Para as mulheres brasileiras pesquisadas por Scavone (2004), no Maranhão, por exemplo, a luta pela vida cotidiana e pelo sustento diário implica em uma vivência da maternidade bastante diversa daquela que a exalta como papel natural da mulher, consolidada por uma ideologia que define as responsabilidades associadas à criação dos filhos como sendo papel natural da mulher.

Neste contexto, em que a maternidade, associada aos cuidados pela vida, é responsabilidade quase exclusiva do sexo feminino, a maioria das mulheres não pode experimentá-la em todas as suas nuances, já que a luta pela existência cotidiana dificulta que a mulher vivencie tal relação do modo como fora desenhado para determinados grupos sociais, ou seja, a maternidade não se apresenta do mesmo modo para as mulheres de diferentes classes sociais. No caso específico aqui tratado, procuramos compreender como se articulam as responsabilidades parentais durante o período de encarceramento materno e como tal questão pode ser discutida a partir de uma gramática emocional que apresenta a maternidade e o feminino como responsáveis pelos cuidados parentais e, por extensão, como emocionalmente vinculadas aos seus filhos. Observamos que no grupo pesquisado, a maternidade constitui uma linguagem a partir da qual as mulheres expressam os seus vínculos emocionais. Ainda que, de modo geral, a mulher procure articular, da maneira como pode, os cuidados com os filhos, delega a outras mulheres tal atribuição, sem deixar de, ao mesmo tempo, providenciar os poucos meios materiais que consegue, a fim de viabilizar o sustento dos filhos.

De acordo com Scavone (2004), as mulheres vivenciam a maternidade por meio de sentimentos ambíguos e contraditórios, uma vez que, dada a dificuldade cotidiana, da precariedade vivida por grande parcela da população e do acúmulo de tarefas por parte das mulheres, muitas delas expressam tal vivência como um fardo, embora também enfatizem o desejo de serem mães. Neste aspecto, uma das principais dificuldades em relação à vivência da maternidade estaria ancorada na desigualdade de atribuições em relação aos papéis maternos e paternos e as diferenças em relação às responsabilidades parentais.

Para a autora, embora vislumbremos mudanças na intimidade e nas relações conjugais e familiares, essas não atingem a todos os contextos, culturas e camadas da mesma forma, havendo diversas nuances e formas de expressão das responsabilidades parentais conforme o país e a classe social. As mudanças em curso dependeriam do ideal de relações mais igualitárias entre homens e mulheres:

Em síntese, é possível observar em relação à família e à experiência da maternidade que estamos vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, cujo ideal é a busca pela igualdade na responsabilidade parental, que ainda está longe de ser alcançada em todos os seus aspectos, visto que pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. (SCAVONE, 2004, p. 185).

Tais mudanças, no entanto, como apresentado acima, estão longe de atingir a todos os grupos. Como verificamos, as mulheres encarceradas ainda são as principais responsáveis pelos filhos e, como descrito anteriormente, na maioria das vezes, mobilizam outras mulheres que possam substituí-las nas tarefas cotidianas. Tal situação permanece praticamente inalterada em relação ao contexto identificado por Lemgruber (1983) na segunda metade da década de 1970, quando a autora realizou a pesquisa de mestrado no Instituto Talavera Bruce, no Rio de Janeiro - local chamado por muitas presas na época de “cemitério dos vivos”. Desde o trabalho da socióloga no final daquela década, a situação das mulheres encarceradas pouco se alterou no que tange aos cuidados com a família, talvez mesmo porque esta questão esteja relacionada à arraigada concepção de que a esfera do cuidado e do trabalho doméstico – a esfera privada da família – seja responsabilidade feminina. Embora tenhamos logrado alguns êxitos no tocante à luta por equidade de gênero, encontramos, neste contexto, uma cena praticamente inalterada quanto à ideia de responsabilização da mulher pela esfera doméstica e pelos cuidados cotidianos, o que não a exclui ainda da necessidade de encontrar meios materiais para a manutenção do grupo. Como descrito pela pesquisadora na década de 1970: “São mulheres que além de não receberem qualquer recurso financeiro de suas famílias, ainda devem enviar o pouco que logram obter com seu trabalho prisional para os filhos que estão sob a guarda de avós ou comadres” (Lemgruber, 1983, p. 42).

Micropolítica das emoções nas narrativas das mulheres egressas do sistema prisional

Nas narrativas das mulheres entrevistadas, a maternidade é um elemento que cria significados às suas experiências. Há, assim, uma gramática emocional vinculada à maternidade, e a busca pelos filhos torna-se uma das principais reivindicações femininas no contexto carcerário.

De acordo com Giddens (1993), com a separação entre os ambientes de trabalho e o lar, o domínio do homem sobre a família teria se enfraquecido, ao mesmo tempo em que as mulheres teriam se responsabilizado cada vez mais pelas crianças que passaram a ser consideradas como vulneráveis, demandando maior disposição e tempo no processo de socialização realizado pela sua família. Assim, a idealização da figura da mãe apresenta-se como importante componente em relação aos cuidados das crianças, alimentando também os ideais de amor romântico. A imagem feminina como “esposa e mãe” teria, então, reforçado “um modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos.” (Giddens, 1993, p. 53). Deste modo, ao separar as esferas de ação, a promoção do amor passa a ser uma tarefa predominantemente feminina.

Ao traduzir o trabalho de Lutz (1988), Coelho (2012) explica que todo discurso sobre emoção está também articulado a um discurso sobre gênero, em que o discurso sobre as emoções é “também uma fala sobre o exercício do poder” (Coelho, 2012, p. 15). De acordo com tal leitura, a associação dos sentimentos como estando vinculados às mulheres as coloca em uma posição de portadoras de uma força poderosa, mas que, dado o seu perigo, deve ser controlado, afinal, o discurso sobre as emoções no Ocidente indica que estes são tanto sinal de fraqueza como uma força poderosa, pois de maneira positiva representa a possibilidade de “envolvimento com o outro”, mas ela também estaria ligada ao descontrole, estando, portanto, em oposição à racionalidade.

Como anteriormente apresentado, as mulheres encarceradas são as responsáveis pelos filhos e pela articulação de seus cuidados cotidianos, sendo necessário, muitas vezes, mobilizar o apoio de outras mulheres na consecução de tais tarefas. De outro modo, também pudemos destacar que a própria criação da maternidade teria historicamente se articulado a um processo de separação das esferas de ação, em que, às mulheres coube, juntamente com os cuidados cotidianos e a maternidade, um trabalho emocional e a promoção de sentimentos no meio familiar. Deste modo, pretendemos, a seguir, fazer uma discussão sobre os sentimentos associados à esfera familiar, tal como expressos pelas mulheres que viveram a experiência de encarceramento.

Nos relatos das entrevistadas sobressai a ênfase nos processos de humilhação e abandono e principalmente o desejo de recuperar a convivência com os filhos, em que a maternidade aparece como uma gramática emocional ante as diversas destituições vivenciadas no processo de encarceramento. A maternidade seria como um elo capaz de criar significados à identidade e à subjetividade das interlocutoras, estabelecendo formas e alimentando a elaboração de projetos que criam significados à sua existência pessoal. Por meio da maternidade, as mulheres expressam sentimentos referentes a situações de humilhação e abandono e também de força, luta e redenção; tal expressão indica ainda uma forma de reivindicação e de construção de discursos sobre si.

Sobre o sentimento de humilhação, Rezende & Coelho (2010, p. 39) escrevem:

O sentimento de humilhação surge quando o indivíduo experimenta ser um objeto pressionado por forças fora de seu controle. Neste caso, o sujeito acredita na intenção dos outros de degradarem a sua pessoa. A humilhação pode se transformar em raiva e ódio quando, segundo Katz, a pessoa acredita que o único modo de resolver esse sentimento é inverter a estrutura que o originou – o movimento de inferiorização ou degradação percebido no outro.

Entre as entrevistadas, apesar de identificarmos vocalizações referentes à expressão de sentimentos de humilhação, esta não necessariamente se vincula ou se desdobra em raiva e ódio. Na fala de uma das interlocutoras (i) em que as filhas gêmeas estão agora sob os cuidados do ex-marido foragido da polícia e da amante deste (o primeiro estando inclusive diretamente relacionado à prisão de nossa interlocutora) e que o contato com as filhas é a sua principal reivindicação, observamos um discurso em que ela afirma aguardar a ação do tempo nos processos que podem reconduzir à verdade e à reparação dos processos de humilhação por ela vivenciados. Enquanto isso, ela diz que procura organizar a própria vida a fim de recuperar os laços com as filhas. Entretanto, ela também concebe a si como sendo portadora de sentimentos perigosos, pois comentou que não sabe o que pode esperar de suas próprias ações, afirmando que, embora não busque a vingança contra o ex-marido, poderia ter atitudes inspiradas por sentimentos negativos, que poderiam incriminá-lo, mas sabe que isso poderia ser negativo para suas filhas que estão vivendo naquele núcleo familiar. Sendo assim, prefere não saber exatamente onde mora o seu antigo companheiro que, mesmo vivendo de maneira ilícita (foragido da polícia), sustenta as suas filhas.

Lutz (2008) escreve que as mulheres entrevistadas em seu trabalho definem a si mesmas como portadoras de sentimentos perigosos. A autora lembra ainda que algumas mulheres afirmam a necessidade de controle de si mesmas como uma forma de controle de tais emoções; o que serve para replicar a ideia de que elas são emocionalmente perigosas: “These instances also serve to replicate the view of women as dangerously emotional.” (Lutz, 2008, p. 74), o que, portanto, reforçaria a ideia da necessidade de controle feminino, posto que as mulheres, nessa visão, são portadoras de sentimentos perigosos. A afirmação sobre a necessidade de controle das emoções, de acordo com a pesquisadora, estaria vinculada a uma preocupação em romper com uma visão negativa sobre si, já que as emoções - geralmente construídas discursivamente como atributo relacionado ao sexo feminino, na visão cultural ocidental - são qualificadas como irracionais, fracas e perigosas.

No segundo relato (ii), em que sobressai o aspecto moral em relação à atuação de nossa interlocutora, a qual afirma ter sido impossibilitada de visitar os filhos, posto que, mesmo morando na mesma comunidade em que as crianças vivem com a sua mãe – avó materna das crianças –, está impedida de ter contato com as mesmas. Embora os valores referentes à maternidade despertem sentimentos que consagram direitos e obrigações às mães, neste caso a culpabilização e a condenação moral sobre esta mãe, que não agiu da maneira esperada para uma mulher que deve cuidar dos filhos, está inserida na dinâmica das relações de nossa interlocutora. Sobre este impedimento, podemos fazer

uma analogia com o que escrevem Rezende & Coelho (2010) sobre a compaixão. Para as pesquisadoras, este sentimento possui significados distintos, de acordo com o contexto histórico e cultural em que está inserido.

Diferente da cultura ocidental, em que as mutilações tendem a despertar sentimentos de compaixão, os refugiados cambojanos sentem medo e desprezo diante dos amputados. Na análise de Clark (apud Rezende & Coelho, 2010), a “*responsabilidade*” pelas próprias desventuras geraria um sentimento de desprezo em relação àqueles que podem ser considerados indiretamente culpados pelos próprios danos físicos. Ao contrário, se o indivíduo for considerado vítima das circunstâncias, sendo o seu infortúnio atribuído ao acaso, há grande chance de este suscitar a compaixão das outras pessoas. Para as autoras:

A compaixão criaria assim “fronteiras morais”, separando aqueles representados como merecedores de compaixão – porque isentos de culpa ou responsabilidade pelo que lhes acontece – e aqueles a quem se destina uma reação de impiedade, uma vez que são percebidos como responsáveis por suas desventuras. (REZENDE & COELHO, 2010, p. 82-83).

O interesse das autoras brasileiras aqui ao trazer o relato etnográfico sobre a experiência de mutilação entre as vítimas de minas terrestres no Camboja foi o de demonstrar a surpresa da pesquisadora norte-americana, que as analisou, diante da observação de que a experiência da amputação de modo geral não despertava sentimentos de compaixão entre os concidadãos no Camboja - o que demonstra como os sentimentos estão inseridos em gramáticas emocionais específicas -, uma vez que a suposição de que a experiência da amputação despertaria compaixão está inscrita em uma gramática emocional específica do Ocidente. Em nosso trabalho, no entanto, gostaríamos de chamar a atenção para outra ideia, a de que o sentimento de compaixão, muitas vezes mobilizado em cenas de separações maternas, pode incidir de modos diversos, atuando conjuntamente com elementos morais que julgam determinados comportamentos femininos como moralmente condenáveis.

No contexto aqui estudado, as mães encarceradas podem ocupar dupla posição moral; de um lado a maternidade pode ser reivindicada como direito, e o encarceramento da mulher figuraria como elemento que inviabilizaria a manutenção dos elos maternos; mas ela é também, muitas vezes, associada à representação moral negativa. De acordo com Vianna (2005, p. 28, grifos da autora), a legislação em torno da infância “estaria organizada sobretudo em torno da *responsabilidade*, figura jurídica de forte conotação moral. Ser *responsável* implica estar preso a um conjunto de obrigações morais não apenas de controle dos indivíduos durante sua *menoridade*, mas de formação desses mesmos indivíduos”. Fazendo um paralelo com tal assertiva, é possível pontuar que as mulheres encarceradas, como ocupantes de um espaço para além da ordem, estariam também inscritas como portadoras de elementos que contrariam a posição esperada de uma pessoa responsável pelo cuidado e boa educação das crianças. Assim, vemos na figura da mulher encarcerada uma posição ambígua, que transita entre a maternidade como direito, que destaca o sofrimento e as consequências da separação com sua prole, mas também vista como sujeito desviante, a quem não se pode confiar a tarefa de “cuidar”, posto que é vista como protagonista de “ações moralmente condenáveis”, para utilizarmos os termos de Vianna (2005), portanto não habilitada para as “adequadas” funções maternas.

Na fala de nossa terceira interlocutora (iii), há enunciados que apresentam um olhar um pouco mais distanciado da realidade vivida no contexto prisional, ao mesmo tempo em que o seu discurso se constrói como tendo logrado algum êxito na reorganização da vida cotidiana. Tal êxito está articulado à sua atuação em um movimento social de pessoas presas e também articulado a um discurso que valoriza a sua vivência como mãe, capaz de lutar e em alguma medida subverter a ordem vigente em nome dos filhos.

Esta interlocutora nos contou que teria se separado do marido no momento em que este agrediu fisicamente seu filho:

“... quando eu cheguei ele tinha agredido o meu filho [...], peguei os meus filhos e saí correndo pelo mundo, pela favela. Saí com uma mão na frente e outra atrás”.

Depois de uma tentativa frustrada de se instalar em uma área de ocupação e de ser novamente presa, acusada injustamente de tentativa de furto, o que teria lhe rendido torturas físicas, A. teria, finalmente - por meio de inserções em movimentos sociais, da música e da maternidade - conseguido (re) construir um sentido para sua vida. Quando um dos filhos apresentou envolvimento com o uso de drogas, A. novamente teria agido no sentido de buscar sua “recuperação”. Há, assim, na narrativa desta interlocutora, um forte valor associado à maternidade; esta descrita discursivamente como sendo capaz de engendrar as lutas cotidianas.

Em seu relato sobressaem situações em que A. aparece como vítima (violentada sexualmente na adolescência, presa por desconhecer o conteúdo que ela levava ao marido na prisão em um dia de visita e também, por último, por ter sido vítima da ação de um policial aposentado que se aproveitava sexualmente de uma menina por quem ela entrevistou), mas há também um forte elemento de luta e heroísmo: saiu da favela sem nada, levando consigo os filhos, em busca de um lugar mais adequado à criação dos mesmos. Diante das inúmeras hostilidades enfrentadas, ela busca vencer o meio e enfatiza:

“Toda vez que eu entrei [na prisão] tanto nas [...] vezes que eu fui pra FEBEM foi uma sensação diferente. Eu acredito que eu mudei foi por mim mesma, porque ele [o sistema prisional] não dá estrutura pra que você mude”.

Assim, se por um lado o reconhecimento das situações de violência, vulnerabilidade e exclusão é um elemento importante para a afirmação e luta de diversos grupos, por outro, há uma construção discursiva em torno da ideia da superação. Tal superação, no entanto, se associa ao fato de ter sido vítima e, apesar das circunstâncias, ter encontrado motivações nos filhos para se construir positivamente; como escrevem Eliacheff & Larivière (2012, p. 25), a vítima “sai da massa pelo seu sofrimento”, sendo, portanto, o sofrimento, um elemento valorativo do indivíduo, posto que o herói moderno, ainda de acordo com os autores citados, é aquele que conseguiu se sobressair da massa. A despeito de tal consideração, em que a vitimização está colada a um heroísmo que, neste caso, engendra enunciados sobre possíveis superações, há que se reconhecer que a atuação nos movimentos de pessoas presas possibilita também, de sua parte, a organização do grupo, que pode identificar e reivindicar encaminhamentos importantes para os sujeitos que vivenciam a mesma experiência.

Na dinâmica emocional aqui apresentada, há entre quatro relatos, três que se vinculam à experiência de vitimização; i) a submersão em uma experiência moralmente condenável e a busca pela rearticulação dos vínculos; ii) alienação parental e a espera da ação do tempo; iii) como dinâmica que tece o heroísmo da narradora: aquela que supera o próprio meio, podendo construir uma história juntamente com seus filhos. No entanto, um quarto relato, não apresentado anteriormente, se constrói de maneira antagônica à ideia de vitimização; em que a narradora se constitui como perpetradora de atos violentos, sendo, portanto, sujeito de ação, havendo uma inscrição de si como sujeito que age no contexto do crime, não reafirmando a construção discursiva dos sentimentos marcados pela maternidade no contexto carcerário, como acima descrito em relação às demais mulheres. Esta última não faz referência a como viveram os seus filhos (eram quatro no total) e quem cuidou deles enquanto ela esteve presa. Na verdade, sua ênfase durante nossa conversa, recaiu sobre sua atuação em atividades violentas. Apesar de sua narrativa versar sobre as suas habilidades e desprendimento na atividade criminosa, esta interlocutora traz como desfecho uma possível redenção em que aparece como ápice

narrativo a morte do filho em uma ação violenta - quando ela já estava em liberdade - cujo assassino teria invadido o quarto do rapaz e lhe retirado a vida, assim como ela própria teria feito no início de sua carreira criminosa. Ela esboça, assim, o pensamento de que o seu luto materno estaria em relação com a morte que ela própria havia provocado inicialmente, quando também teria deixado outra mãe em luto.

Segundo nossa interlocutora, seria este pensamento que teria agido no sentido de evitar a vingança que ela projetara. Embora a sua fala tenha se construído no sentido de desfazer uma possível imagem de vítima sobre si, é a via da maternidade que, no final, a interlocutora acaba reforçando: o filho morto, sacrificado, demonstrando o caminho de sua própria redenção. A maternidade, portanto, embora por diferentes vias, é central nas narrativas das quatro mulheres.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. (1978) *História Social da Criança e da Família*. (2ª. Ed.). Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- COELHO, M. C. (2012) Gênero, emoções e vitimização. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.10 - abr., 10-36.
- ELIACHEFF, C & LARIVIÈRE, D. S. (2012) *O Tempo das Vítimas*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp.
- FONSECA, C. (2006) *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- GIDDENS, A. (1993) *A transformação da intimidade: sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- LEMGRUBER, J. (1983) *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense.
- LUTZ, C. A. (2008) Engendered emotion: gender, power, and the rethoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, C. A. & ABU-LUGHOD, L. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 67-91.
- REZENDE, C. B. & COELHO, M. C. (2010) *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SARTI, C. A. (2003a) A família como espelho: um estudo da moral dos pobres. São Paulo: Cortez.
- _____ (2003b) Famílias enredadas. In: Acosta, A. R.; Vitale, M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 21-36.
- SCAVONE, L. (2004) *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP.
- SOIHET, R. (2009) Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 362-400.
- VIANNA, A. R. B. (2005). Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, R. K. de. *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 13-67.